

IMIGRAÇÃO ALEMÃ, LUTERANISMO E A CRIAÇÃO DE ESCOLAS NO SUL DO BRASIL

Ademir Valdir dos Santos – UFSC - ademir.santos@ufsc.br

Elcio Cecchetti – UFSC - elcio.educ@terra.com.br

Palavras-chave: imigração. luteranismo. escola alemã.

A história da chegada do Protestantismo Luterano ao Brasil está estreitamente relacionada à imigração alemã que ocorreu com mais intensidade durante os séculos XIX e XX. Uma política de atração de imigrantes alemães foi criada no Império, sob os governos de Dom Pedro I e de Dom Pedro II. Essa ação foi incentivada por motivos de ordem econômica uma vez que havia a pretensão de substituir a mão de obra escrava que até 1888 era predominante. Nesse sentido, a possibilidade de que os imigrantes viessem a possuir pedaços de terra dentro do território brasileiro foi certamente um dos fatores que motivava a vinda dos estrangeiros. Mas também foi alimentada pela ideia de que os alemães seriam bons colonizadores, bons cidadãos e mesmo bons soldados.

Com base nas relações entre imigração, luteranismo e instituições escolares, este estudo objetiva apresentar e discutir aspectos do processo histórico de implantação das concepções educativas de Lutero e sua influência na criação de instituições escolares no sul do país. Pretende discorrer sobre o modo como o pensamento luterano reverberou nas regiões meridionais impulsionando a fundação de escolas para a formação da infância no contexto da imigração alemã. A investigação está embasada em pesquisa documental com fontes referentes à criação de escolas e à caracterização de suas práticas educativas. As análises são parametrizadas por aportes bibliográficos pertinentes, bem como por textos clássicos de Lutero que tratam da educação.

Um aspecto essencial a evidenciar é que entre os imigrantes havia uma parcela de indivíduos cuja religião era protestante. Particularmente, grande número de luteranos. Mas a chegada deles causou problemas justamente porque o Brasil de então era um país católico. Na Constituição do Brasil Império, de 1824, constava no artigo 179, parágrafo 5: “Ninguém deve ser perseguido por causa de sua religião, desde que ele respeite a religião do Estado e não fira a moral pública”. Porém, o artigo 5 afirmava que: “A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com o seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma exterior de templo”.

Criou-se assim uma série de empecilhos para a efetiva prática do protestantismo, o qual, por força de lei, ficou confinado a ambientes privados, conforme prescrito no Código Criminal do Império, em seu artigo 276: “Caso membros duma religião, que não seja a do Império, celebrarem seus cultos numa construção que tenha a forma de templo, os mesmos devem ser dispersos pelo juiz de paz e ser punidos com uma multa de 2 a 12 Mil-réis”.

As dificuldades também se vinculavam aos casamentos, porque inicialmente somente eram considerados válidos aqueles feitos perante o sacerdote católico, o que mudou a partir de 1863 quando os matrimônios realizados por um pastor, desde que esse estivesse legalmente registrado perante o governo, passaram a ter validade legal. Mesmo assim, casamentos mistos só podiam ser celebrados pelo padre católico e os filhos obrigatoriamente tinham que aderir ao catolicismo. Até mesmo direitos políticos estavam limitados aos não-católicos, como rezava o artigo 95 da Constituição: “Não podem ser deputados na Câmara pessoas que professam outra religião que a do Império”.

Apesar das dificuldades então existentes, as primeiras comunidades evangélicas luteranas foram sendo fundadas. De acordo com Weingaertner (1997), em maio de 1824 chegaram ao Rio de Janeiro e se fixaram na região de Nova Friburgo os primeiros 300 imigrantes alemães, sendo a maioria luterana, acompanhados do Pastor Friedrich Oswald Sauerbronn. Primeiro pastor luterano no Brasil, Sauerbronn recebia seus vencimentos do governo imperial. Também a colonização alemã do sul do Brasil iniciou naquele ano, com a chegada ao estado do Rio Grande do Sul de um grupo que se fixou em São Leopoldo e que contou desde o início com a atuação do Pastor Johan Georg Ehlers.

Nos estados meridionais vizinhos de Santa Catarina e Paraná os primeiros imigrantes alemães chegaram em 1828 e 1829 e fundaram São Pedro de Alcântara e Rio Negro, respectivamente. Mas embora houvesse famílias protestantes, essas não chegaram a formar Comunidades Evangélicas. Posteriormente, entre 1846 e 1847, outras iniciativas de colonização ocorrem nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e novamente em Santa Catarina. Embora esses grupamentos fossem de maioria luterana, não tiveram atendimento pastoral por 15 anos. Pastores oriundos da Basileia (Suíça) chegaram a estas localidades em 1861.

Particularmente na região do estado sulino de Santa Catarina, foram sendo constituídas comunidades isoladas. Em Blumenau, por exemplo, sete anos após sua fundação, que se deu em 1850, chegou o Pastor Rudolph Oswald Hesse. Já em Joinville, fundada em 1851, o Pastor Jacob Daniel Hoffmann chegou no mesmo ano. A cidade de Brusque recebeu o Pastor Johan Anton Heinrich Sandreczki em 1865; à Estrada da Ilha o Pastor Heinrich Feinauer chegou em

1864; em 1888, chegou a São Bento do Sul o Pastor Wilhelm Quast e, para a região então denominada Brüderthal, veio o Pastor Wilhelm Lange, em 1886. Em 1866, no estado do Paraná, a cidade de Curitiba, assistiu à formação de sua primeira Comunidade Evangélica sob encargo do Pastor Friedrich Gaertner, que tinha como ocupação anterior a de professor. Note-se que essas comunidades espalhadas pelo território do Sul do Brasil eram independentes e tinham pouca ligação entre si.

Os pastores que assumiam a liderança nas comunidades enfrentaram um trabalho duro. Os imigrantes vinham de diferentes regiões da Europa e tinham tradições protestantes diferentes, sendo alguns luteranos, outros reformados (um ramo que originalmente era luterano mas que se formou com um cisma em 1555) e outros unidos (como se denominam aqueles integrantes da Igreja Unida da Prússia que foi obra do rei Friedrich Wilhelm III, em 1817). Mas note-se que havia uma base primeira que se orientava no pensamento e na ação de Martinho Lutero. A Igreja Unida, por exemplo, resultado da fusão das Igrejas Luteranas e Reformadas prussianas nos territórios sob controle do rei da Prússia, foi estabelecida por ocasião das celebrações dos 300 anos do início da Reforma na Alemanha, quando foram afixadas as 95 teses de Lutero na igreja do castelo de Wittenberg.

De fato, foi somente a partir de 1881 que uma associação denominada *Evangelische Gesellschaft fuer die protestantischem Deutschen in Amerika* passou a mediar a vinda de pastores da Europa para as comunidades situadas no interior do Brasil. Também houve a atuação da chamada *Gotteskasten* que se dedicou a enviar pastores luteranos para diversas regiões. Assim, o Pastor Otto Kuhr, enviado pelo Gotteskasten, aportou em São Francisco do Sul em 1897 e iniciou imediatamente os trabalhos na comunidade de Estrada da Ilha. Os pastores enviados por essa organização eram todos formados no seminário de Neuendettelsau e adeptos da Liturgia Luterana da Baviera. Consta que 10 pastores lideraram comunidades espalhadas por Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo entre o final do século XIX e início do século passado (WEINGAERTNER, 1997).

Deste modo, a forma de organização de algumas das comunidades constituídas no Brasil tinha como um de seus alicerces a figura do pastor. Mas a presença de pastores com diferentes formações e procedências gerou conflitos.

Em 1896 aconteceu a 1ª Conferência Pastoral de Santa Catarina congregando os pastores locais até então chegados. Tais conferências aconteciam duas vezes ao ano e tratavam do trabalho eclesiástico e de estudos teológicos. Mas também geraram fatos importantes para a fixação e difusão das ideias luteranas, pois naquela primeira reunião os presentes decidiram assumir dois jornais que já vinham sendo editados: *Der Urwaldsbote*

(que era editado desde 1893) e *Sonntagsblatt fuer di Evangelischen Gemeinden in Santa Catarina* (este datado de 1895). A imprensa configurou um elo fundamental entre as comunidades evangélicas. Por sua vez, os pastores do *Gotteskasten*, que chegaram mais tarde, também fundaram uma Conferência Pastoral Luterana, em 1899 e, portanto, não se associaram aos demais pastores ativos. Além disso, em 1905 lançaram seu próprio jornal eclesiástico: *Evangelisch Lutherisches Gemeindeblatt*. E no mesmo ano acabaram por fundar seu próprio sínodo, o Sínodo Evangélico Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados.

Seguindo outra orientação, mesmo que no âmbito comum de propagação da fé luterana, os outros pastores fundaram em 1911 o Sínodo Evangélico de Santa Catarina e Paraná, denominado ainda de Associação das Comunidades. Seguiam o exemplo do que já havia ocorrido no estado vizinho do Rio Grande do Sul, onde o Sínodo Riograndense havia sido fundado em 1886. As divergências de origem confessional e que de certo modo foram importadas da Europa persistiram até 1949, quando os Sínodos então existentes no Brasil se uniram e fundaram a Federação Sinodal que, no ano seguinte, adotou o nome de Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

Embora essa história da institucionalização da religião de base luterana seja um dos fundamentos da fixação das ideias de Martinho Lutero nas terras brasileiras, é importante lembrar que em muitas regiões eram os próprios fiéis que necessitavam organizar sua vida religiosa, pois não havia pastores.

A chegada dos imigrantes alemães protestantes sinaliza o início da presença das ideias de Lutero no país, uma vez que trouxeram da Alemanha a herança da fé. Isso não significa que a presença de não-católicos fosse algo tranquilo. Mesmo diante de um ambiente hostil, a fé de base protestante e os fundamentos propostos por Martinho Lutero que aqui se instalaram deram suporte à permanência religiosa e basearam a sua institucionalização. Fischer (1984, p.60) se refere a dois documentos fundamentais para a manutenção do pensamento de Lutero no Brasil:

Primeiro, Lutero estava presente mediante a Bíblia, que os imigrantes trouxeram em língua alemã, na tradução de Lutero. A “Bíblia de Lutero” (*Lutherbibel*) sempre foi uma espécie de tesouro nacional dos evangélicos que falam alemão. Ocupara, por isso, um lugar de destaque em sua vida de fé. Lutero, o tradutor da Bíblia, foi aquele que possibilitou o acesso direto do povo à mensagem bíblica, sem a Igreja-instituição como intermediária.

Segundo, Lutero estava presente mediante os seus hinos. Durante muito tempo eles foram cantados em língua alemã. Inicialmente foram usados hinários da Alemanha. Mais tarde hinários em língua alemã

foram impressos aqui. O hinário da IECLB em língua alemã, na edição de 1958, contém entre seus 387 hinos 20 que são de Lutero.

Já na obra de Klug, estudioso do luteranismo em Santa Catarina, o prefácio assinado por Martin Dreher, outro pesquisador da questão, reafirma:

Em sua bagagem, os imigrantes pouca coisa traziam. O pouco, porém, muitas vezes caracteriza o grupo. Nesse sentido merece ser destacada a bagagem religiosa. Nos baús dos imigrantes, encontramos, na maioria das vezes, dois, por vezes, três livros. O Hinário, o livro de cânticos religiosos, o Catecismo Menor de Lutero e a Bíblia. [...] A partir desses livros, a religiosidade continuou a ser nutrida e mantida. Como a vida religiosa provoca a comunitariedade e possibilita sobrevivência, quase que ao natural, os imigrantes reorganizaram sua vida religiosa no Brasil. (KLUG, 1994, p.14).

De um antigo hinário luterano, documento entendido como construtor de uma identidade específica, extraímos versos que mostram a invocação do olhar divino sobre a nova realidade com que os imigrantes se encontravam, uma nova pátria onde poderiam realizar os seus ideais, sendo preciso perseverar:

Ó Deus onipotente,
A Tua mão clemente
Governe o nosso lar!
A pátria estremecida,
a Igreja em Ti unida
Benigno queiras amparar! (Hinos da Igreja Evangélica de Confissão
Luterana no Brasil, [s.d.]

O fato de ser protestante luterano em terras tradicionalmente católicas gerou um elemento de identidade própria dos imigrantes alemães. Entre os documentos encontrados na pesquisa, foi localizada uma “Carteira de Identidade Eclesiástica”, expedida pela Comunidade Evangélica de Corupá, no estado de Santa Catarina (colônia que originalmente se chamava Hansa Hulboldt), que atestava o pertencimento à comunidade luterana da família de August Neitzke (Fig. 1) (COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CORUPÁ, [194?]).

Assim, o pertencimento religioso, como elemento formativo de uma identidade étnica, constituiu a organização social comunitária vinculada à imigração e serviu para distinguir os seguidores de Lutero.

Figura 1 – Carteira de Identidade Eclesiástica – [194?] – Fonte: Arquivo privado



O fenômeno religioso é ao mesmo tempo individual e social, pessoal e comunitário. No seu seio há sempre uma incessante interrelação e interação do indivíduo com o grupo social e vice-versa, entre um membro da comunidade e a comunidade como um todo. Ou seja, conecta-se fortemente a estrutura social à estrutura religiosa e daí podemos derivar um potencial na caracterização de objetivos e na organização de ações que podem assim ser geradas e mantidas no interior de um dado grupo sob a influência religiosa:

[...] a complexidade da estrutura social de uma religião depende intimamente da própria complexidade das estruturas sociais de que ela faz parte. Uma sociedade em progresso tende a se diferenciar e se organizar: uma judiciosa distribuição de funções acarreta maior eficiência na execução de tarefas cada vez mais complexas. A essa diversificação de funções corresponde uma diversificação de poderes – daí o aparecimento de vários graus de participação na vida do grupo, cada qual com seus respectivos direitos e deveres. (LAGENEST, 1976, p.37).

Na profunda análise que Fernández-Armesto & Wilson (1997) fazem do fenômeno da Reforma e de seus impactos por 500 anos de história da humanidade, há também essa concordância com o fato de que “Os valores e crenças evangélicos permeavam a sociedade, porém de forma imperfeita, e é esse o motivo pelo qual se compilam impressões variadas nos relatos contemporâneos e nas análises históricas” (p.397).

Tal argumento vai ao encontro de outros estudos, como aquele de Gobbo (2001), que ao analisar a questão da continuidade cultural, educação e identidade religiosa de Waldesianos que migraram para a Itália, mostra como grupos minoritários tendem a se diferenciar

justamente por constituírem minorias religiosas e migratórias, indicando o papel da escola no processo:

A pergunta que eu fiz a mim mesma foi o quanto o processo de escolarização e o ideal de educação ainda tiveram um papel significativo no processo de aquisição de identidade como um waldesiano – dado que ao longo do ano tantas coisas mudaram no contexto político, social, cultural e educacional nos vales e na nação italiana inteira (GOBBO, 2001, p.31, tradução nossa).

Com base nos argumentos anteriores e com os quais concordamos, passamos a tratar de uma das iniciativas comunitárias dos luteranos, característica de seu movimento de sobrevivência e inserção na sociedade brasileira: a criação de escolas próprias.

A importância atribuída por Lutero à escola é revelada com base em dois textos clássicos, que permitem posicioná-lo também como um reformador religioso da Educação: Aos Conselhos de Todas as Cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs (1524) e Uma Prédica Para que se Mandem os Filhos à Escola (1530). Na análise de Beck (1995, p.301):

Estes escritos não chegam a formular uma teoria cristã de educação. Servem, porém, para justificar o empenho pela boa educação que tem caracterizado as comunidades e os líderes luteranos desde a Reforma. Como Lutero, sentimo-nos responsáveis pelas gerações futuras. É por isso que lutamos na e pela educação.

Foi o que se assistiu nas colônias de imigrantes alemães onde havia um percentual elevado de luteranos durante o século XIX e XX e que se instalaram principalmente nas terras do sul do Brasil. As gerações adultas queriam escolas para que seus filhos tivessem acesso aos fundamentos da fé e também fossem formados para enfrentar as dificuldades da vida num país estranho e de hábitos culturais diferentes.

Num depoimento coletado em 1998 com um descendente de imigrante luterano da primeira geração, Willy Julio Otto Früchting, que então tinha 86 anos, nota-se o significado da escola que permanecia e motivava o empenho da comunidade em erigi-la:

[...] foi muito custoso fazer aquela escola. Meu pai sempre contava que eles ali arrumaram o pedreiro que era colono. [...] Pediram para ele fazer a escola, e ele fez, fez bem barato, cobrava pouco por dia. E daí os colonos ajudavam: um ajudava hoje, amanhã outro. Iam se unir para não gastar nada! Eles queriam mandar as crianças para escola. Meu pai ajudou, todos ajudaram. [...] Lá tinha uma sociedade escolar. [...] Ela construiu isso para dar um pouco de escola para os filhos. [...] Os filhos nascem, crescem, e não tem escola!

Através de suas palavras, que encontraram eco na fala acima, o próprio Lutero havia alertado para o fato de que não enviar os filhos à escola contribui para a destruição do santo Evangelho e do Reino de Deus, ou no mínimo gera obstáculos para que a vontade divina seja realizada entre nós; em suma, corresponde a uma das estratégias de Satã em seu ataque à humanidade: “Entre suas artimanhas uma das mais importantes (se é que não é a mais importante) consiste em aturdir e enganar as pessoas simples de tal maneira que não queiram mandar seus filhos à escola nem encaminhá-los para o estudo” (LUTERO, 1995, p.331).

Essa questão era reforçada pela ausência quase total de escolas de instrução primária para a população brasileira naquele momento histórico (cf. WEREBE, 1995; NAGLE, 1997). Ou seja, a ausência de ações de oferta de escolas para o povo se somava no plano das ideias à exortação de Lutero para que o Estado abrisse e mantivesse escolas. Desse modo se configurava sobre duas bases a realidade da ausência de formação escolar. Isso impulsionou vigorosamente os imigrantes e seus descendentes a lutarem pela abertura e manutenção de suas próprias escolas, já que não se podia admitir que faltasse escola às crianças e, ao mesmo tempo, eram raras as instituições existentes, seja no período imperial como republicano. Portanto, o governo brasileiro – e católico! – não atendia àquela solicitação tão veemente de Lutero para que escolas fossem abertas e mantidas e que ecoava nas mentes dos luteranos:

Por isso certamente será da competência do conselho e das autoridades dedicar o maior cuidado e o máximo empenho à juventude. A eles, como curadores, foram confiados os bens, a honra, corpo e vida de toda a cidade. Portanto, não agiriam responsavelmente perante Deus e o mundo se não buscassem, com todos os meios, dia e noite, o progresso e o melhoramento da cidade. Agora, o progresso de uma cidade não depende apenas do acúmulo de grandes tesouros, da construção de muros de fortificação, de casas bonitas, de muitos canhões e da fabricação de muitas armaduras. [...] Muitos antes, o melhor e mais rico progresso de uma cidade é quando possui muitos homens bem instruídos, muitos cidadãos ajuizados, honestos e bem-educados. (LUTERO, 1995, p.309).

De acordo com Seyferth (1990, p.53), que cita o trabalho de Willems como referência, a organização escolar teve especial importância quando se trata dos imigrantes alemães e em sua maioria tinham vinculação com as igrejas luteranas ou católicas, sendo que em 1930 havia mais de 1200 “escolas alemãs”, incluindo uma maioria de escolas primárias, mas também escolas de nível secundário situadas em centros urbanos e instituições de aperfeiçoamento ou profissionalizantes.

A criação de um sistema de escolas nas comunidades de imigrantes alemães luteranos que se instalaram no Sul do Brasil pode ser justificada no seu embasamento nas concepções

de Lutero. A obra de fundação de uma escola é fruto da fé. Por isso, afirmamos que os imigrantes luteranos e seus familiares se lançaram às tarefas seculares alimentados espiritualmente pelo ideário luterano, pela forte crença. As escolas erigidas em meio às colônias representavam a resposta à solicitação divina de intervir na educação humana à luz da crença.

No artigo intitulado Lutero e a Educação, encontramos a defesa da materialização, através da fundação de escolas pelos imigrantes, da conexão entre o ideal luterano e o ensino que teria influenciado profundamente o pensamento dos alemães protestantes. A escola é essencial à vida do homem.

Nos primórdios da IECLB a criação de comunidades e de escolas acontecia conjuntamente; o pastor era muitas vezes simultaneamente professor e vice-versa; ainda hoje igreja e escola estão lado a lado em muitos lugares. Além disso, não se pode deixar de considerar que Lutero, em suas pregações e escritos, seguidamente aborda questões relacionadas com a educação, além de escrever alguns escritos em que ele enfoca concretamente problemas da educação e que foram chamados de ‘escritos pedagógicos’. (VOLKMANN, 1984, p. 94).

Numa análise histórica detalhada sobre as escolas de imigrantes instaladas no Sul brasileiro, mais particularmente no Estado do Rio Grande do Sul, instituições que foram também chamadas de escolas teuto-brasileiras, Müller (1994, p.67) evidencia a ligação entre o fenômeno de criação de escolas e a influência de Lutero, bem como os impactos positivos dessa iniciativa para a alfabetização da população:

Esses imigrantes produziram um mundo cultural próprio, desde 1824. Os imigrantes eram alfabetizados, a maioria era de confissão evangélica. Lutero, na Alemanha, pregando o “sacerdócio geral dos crentes”, tornara-se um semeador de escolas porque, no seu rompimento com a Igreja Católica ficou-lhe claro que cada crente soubesse ler para melhor entender a Bíblia, leitura diária indispensável. Essa busca da alfabetização foi transposta para o sul do Brasil onde o legado da alfabetização para a transmissão dos conhecimentos e a busca da sobrevivência cultural acabaram por criar a conhecida “Colônia Alemã de São Leopoldo” e colônias em outras regiões do Estado, como a História o registra.

De acordo com Müller (1994, p.69), em 1937 existiam 513 escolas evangélicas atendidas por cerca de 650 professores no Rio Grande do Sul.

Geralmente a comunidade podia iniciar suas escolas ocupando os espaços construídos para outra finalidade, como as residências dos colonos. Há também relatos da opção por edificar uma construção que serviria ao mesmo tempo para os cultos e ensino religiosos e para

abrigar a escola, o que deu origem às “capelas-escola”. Geralmente depois que os grupos de imigrantes já haviam conseguido erguer uma infraestrutura com edificações mais elaboradas para residência é que se empenhavam na construção de um prédio específico para sua escola.

Sobre a criação de escolas em colônias de imigrantes no território do Estado de Santa Catarina, Santos (2008, p.3-4) descreve o movimento de sua implantação numa área cujo povoamento foi feito por grupos de alemães de maioria luterana que ocuparam terras comercializadas pela Companhia Colonizadora Hanseática de Hamburgo (*Hanseatischen Kolonisations-Gesellschaft*):

Verificamos nos diversos relatórios enviados pela direção local da Colônia Hansa que em 1904, ou seja, dentro de um período de seis anos seguintes à fundação, já havia quatro escolas em Humboldt: na “cidade” (*Stadtplatz*), na estrada Isabel (*Isabella-Strasse*), na estrada Paulo (*Paul-Strasse*) e na estrada Bonpland e Humboldt (*Bonpland und Humboldt Strasse*). Em outro distrito, Itajaí-Hercílio, também já funcionavam cinco escolas: Hammonia, Sellin, Rafael, Neu-Bremen e Neu-Zürich. Havia uma em São Bento e outra em Pirai (*Bericht der Kolonie-Direktion Hammonia...*, 1905, p. 13). Quanto a sua origem, algumas das escolas foram fundadas por associações ou sociedades escolares particulares (*Schulverein ou Schulgemeinde*), que tinham como membros as famílias locais, outras estavam vinculadas à igreja evangélica.

Quanto ao professorado que atuava nas escolas, há registros de que em alguns casos a docência era uma atividade a que se dedicava o pastor. Mas como a área geográfica em ocupação era grande, em diversas localidades o professor era indicado pelos próprios colonos com a escolha recaindo sobre alguém com uma escolarização mais sólida e que podia trabalhar com as crianças.

Em algumas localidades mais prósperas foi possível contar com um professor vindo da Alemanha. E nas primeiras décadas do século passado começaram a atuar nas escolas professores formados em instituições brasileiras como os grupos escolares e institutos especializados em formação docente que foram criados vinculados às associações religiosas. O processo de criação de uma Associação de Professores (em 1898) bem como de uma Escola Normal (em 1923) destinada à formação docente no Rio Grande do Sul é detalhado, por exemplo, na obra de Rambo (1996). Para este pesquisador, os primeiros setenta anos de experiência de fundação de escolas por imigrantes foram marcados pela implementação de instituições mais modestas e os professores que atuaram não possuíam, em geral, uma habilitação profissional, atuando de modo dedicado ao trabalho escolar. Mas a necessidade histórica de discutir uma unidade curricular e de empregar professores com uma formação

mais sólida gerou as condições para a fundação de instituições para a preparação dos docentes que atuavam nas escolas comunitárias das zonas coloniais.

Santos (2008) descreve que geralmente nos anos iniciais de funcionamento da escola o ensino era feito em língua alemã e o currículo focalizava este idioma estrangeiro e disciplinas que focavam a cultura europeia. Os materiais didáticos incluíam livros importados ou produzidos em editoras locais que os imprimiam no idioma estrangeiro. Relatórios localizados no Arquivo Estadual de Hamburgo (*Staatsarchiv Hamburg*), na Alemanha, que contêm descrições da atividade dos professores em colônias de Santa Catarina entre os anos de 1899 e 1911, mostram que em escolas comunitárias primárias ativas nesta área do Sul brasileiro se ensinavam Religião, Cálculo, Leitura, Ditado, Escrita, Redação, História Mundial, Português, História Natural, Canto, Trabalho Manual e Geografia (*Auszug...*, 1905). Mas isso não significa que não fossem realizados estudos sobre aspectos da cultura brasileira e privilegiando a língua portuguesa. No relatório da direção de Hamônia, de 1904, consta que no último ano, o Ensino da Língua estava associado à disciplina de Português (*Portugiesisch*), o que evidencia a preocupação com sua utilização cotidiana na formação infantil. A História Natural (*Naturgeschichte*) era componente curricular apenas do terceiro e quarto anos, em que se estudavam os três reinos. Curiosamente, mesclavam-se conteúdos tipicamente brasileiros. O professor dizia que se listavam os exemplares exclusivos da fauna e flora do Brasil, como as aves - Kolibri, referindo-se ao beija-flor ou Jakutinga, para o jacu - e outros animais como o Mico (espécie de pequenos macacos). Outra disciplina particular citada é a História Nacional (*Heimatkunde*), no terceiro ano, abordando a própria localidade onde se situava a escola, o Vale do Itajaí (*Das Tal des Itajahy*). Na quarta seção havia a disciplina de História abordando a descoberta do Brasil e a constituição da própria colônia. O mesmo acontecia com a Geografia (*Erdkunde*) que abordava aspectos do Vale do Itajaí, dos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande, ao lado de conteúdos mais abrangentes como as diversas partes do mundo, os oceanos, as Américas do Sul e do Norte e a Europa (*JAHRESBERICHT 1904...*, 1905). É trazido ainda um relato de autoria do professor Moritz Haselhorst, da escola da estrada Isabel. Este deixou claro que o ensino era em língua alemã e essa era o objeto da aprendizagem da leitura e da escrita. Na primeira seção ele lia trechos sobre a Geografia da América do Sul e brasileira. Outros textos, que o professor chamou de leituras leves, eram utilizados também para o Ditado. Utilizava o livro de leitura e a escrita de cartas como recurso para a fixação dos conteúdos, bem como uma Gramática. Na prática da leitura que era realizada em todas as manhãs, o professor lia por primeiro e depois exigia a leitura de uma a uma das crianças; por fim, liam em coro. Já na terceira seção tinham a ajuda de uma cartilha e

deviam praticar a leitura, a escrita e o cálculo. Nas horas de Canto se entoavam canções populares alemãs. Em Religião, o professor lia primeiro e depois todos repetiam em conjunto. Estudavam os Dez Mandamentos e outros trechos da Sagrada Escritura, que liam em coro e depois deviam anotar em um pequeno caderno. A história bíblica começava com a origem da vida.

Documentos localizados mostram que as sociedades colonizadoras sediadas na Alemanha, como a Sociedade Colonizadora Hanseática, investiram na construção de escolas: um título definitivo de propriedade concede à Sociedade Escolar Rio Novo, localizada no nordeste do Estado de Santa Catarina, um lote colonial para a construção escolar (TÍTULO DEFINITIVO DE PROPRIEDADE, 1918); um termo de obrigação datado de 1929, assinado pela diretoria da Sociedade Colonizadora, registra o empréstimo de duzentos e cinquenta mil-réis, sem juros e para tempo indeterminado, feito à Sociedade Escolar *Paulstrasse* para que esta construísse o edifício para sediar as aulas (OBRIGAÇÃO, 1929). E ambas as escolas citadas eram vinculadas à Igreja Evangélica Luterana da então colônia Hansa Humboldt.

Pode-se dizer que ao longo do tempo foi sempre aumentando a proporção de conteúdos ligados à realidade brasileira no currículo daquelas escolas estrangeiras instaladas. Mas foi justamente essa ambiguidade de tratamento das questões culturais que acabou por construir uma visão de que as chamadas escolas alemãs significavam um obstáculo à construção da nação brasileira de acordo com o ideário nacionalista que surgiu e se firmou nas primeiras décadas do século passado. De fato, as práticas pedagógicas escolares contribuíram para a perpetuação de uma identidade étnica que contrastava com o meio ambiente brasileiro. Para essa distinção entre os grupos de imigrantes e a população local contribuíram vários fatores como a existência de outras instituições sociais e atividades culturais – além da escola - criadas e mantidas pelos estrangeiros. Podem-se citar as associações de canto, dança, ginástica, tiro ao alvo, bolão, a circulação de jornais, revistas, almanaques e calendários em língua alemã e as igrejas protestantes. Tudo isso funcionou como um “cimento” social que produziu solidariedade e coesão social baseadas na manutenção de atitudes e tradições culturais de origem germânica.

Por estas razões os imigrantes alemães e seus descendentes foram perseguidos e vistos como uma ameaça durante a campanha de nacionalização do governo ditatorial de Getúlio Vargas (1937-1945), o Estado Novo. O nacionalismo foi mais intenso nesta época. Em 1938 as escolas alemãs foram proibidas por decretos federais, sendo afetados diversos aspectos fundantes de sua organização (BOUMENY, 1999, p.158). Assim, se tentou banir o uso da língua alemã e o funcionamento de todo tipo de instituição cultural de origem germânica.

Quanto a essa onda de fechamento das escolas, Müller (1994, p.71) informa que em 1941 o seu número caiu de 513 para 120.

Todavia, os fundamentos da “germanidade” e do luteranismo já haviam criado profundas raízes. Kreutz (1994, p.56-7) afirma que embora o governo tivesse buscado fechar as escolas paroquiais teuto-brasileiras, o que mais ocorreu foi uma busca pela adaptação delas a um nacionalismo bastante exacerbado; resulta que atribuir o fim da escola teuto-brasileira à Campanha de Nacionalização é uma afirmação errada, pois seria mais correto falar que o que houve foi o aceleração das transformações históricas que aquela instituição escolar acabaria sofrendo por causa da gradual expansão da oferta de escola pública nas primeiras décadas do século XX e a sempre crescente integração entre a população de origem alemã e o “mundo externo” às comunidades que foram alterando seus traços étnicos de base europeia em função da necessária aprendizagem do português e da vivência cotidiana extrafamiliar e de relações de trabalho na agricultura, comércio e indústria emergente. Fato é que após aquele período de repressão algumas escolas continuaram suas atividades, algumas como instituições privadas de ensino, outras como integrantes dos sistemas municipais e estaduais públicos.

Para exemplificar, podemos lembrar que atualmente existe a Rede Sinodal de Educação, vinculada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), que preserva as ideias de Lutero em defesa de uma escola pública formadora de bons cidadãos. Caracteriza assim um modelo de educação confessional no contexto brasileiro que busca manter seus diferenciais e compromissos construídos ao longo da história. De acordo com o site oficial da IECLB, dentre os valores fundantes da vida orientada pelo ideal de Lutero estão a identidade, a comunidade e a ecumenicidade. Esta identidade, como se buscou mostrar, foi construída no Brasil num cenário de embates.

Portanto, no processo de internacionalização das ideias, o luteranismo chegou ao Brasil e se consolidou posteriormente principalmente numa proposta protestante de escola como um complemento natural à igreja, sobre uma base de orientação doutrinal que levou os imigrantes a edificar uma obra que afastasse as crianças do analfabetismo, dando as condições para que elas aprendessem as bases do luteranismo expressas na Bíblia e em outros documentos.

Como fruto do desenrolar da conjuntura histórica apresentada, temos hoje a sede da IECLB no estado do Rio Grande do Sul. Outra instituição de nível superior ativa no Brasil é a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), mantida pela Comunidade Evangélica Luterana São Paulo (CELSP), cuja primeira escola foi fundada em 1911(cf. <http://www.ulbra.br/sobreaulbra/>). E muitos são as escolas e colégios dedicados à Educação

Básica espalhados pelo Brasil e vinculados à confissão luterana. No Brasil, o modelo de fé e educação proposto por Lutero, que chegou através da imigração alemã, continua dando frutos.

Referências Bibliográficas

BECK, N. L. J.. Educação. In: LUTERO, M. *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal, Porto Alegre: Concórdia. v.5. 1995, p.299-301.

BOUMENY, H. M. B.. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1999, p. 137-166.

DREHER, M. N..Reflexões em torno de Lutero. São Leopoldo: Sinodal. v. II, 1984.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, F. WILSON, D.. *Reforma: O cristianismo e o Mundo 1500 – 2000*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

FISCHER, J.. Quem é Lutero no Brasil? In: DREHER, M. N. (Org.) *Reflexões em torno de Lutero*. v. II. São Leopoldo: Sinodal, 1984, p. 53-77.

GOBBO, F.. Cultural Continuity, Education, and Religious Identity: the Case of the Italian Waldensians. In: KUCERA, M; ROCHEX, J.; STECH, S. *The Transmission of Knowledge as a Problem of Culture and Identity*. Prague: The Karolinum Press, 2001, p.27-49.

KLUG, J.. *Imigração e luteranismo em Santa Catarina: a comunidade alemã de Desterro – Florianópolis*. Florianópolis: Papa Livro, 1994.

KREUTZ, L. A Escola Teuto-Brasileira Católica e a Nacionalização do Ensino. In: MÜLLER, T. L. (Org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. Unisinos. 1994, p.27-64.

LAGENEST, J. P. B .. *Elementos de Sociologia da Religião*. Petrópolis: Vozes, 1976.

LUTERO, M.. Uma Prédica Para que se Mandem os Filhos à Escola. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal, Porto Alegre: Concórdia. v.5, 1995, p.326-363.

_____.Aos Conselhos de Todas as Cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal, Porto Alegre: Concórdia. v.5, 1995, p.302-325.

MÜLLER, T. L. (Org.) *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.

_____. A Nacionalização e a Escola Teuto-Brasileira Evangélica. In: MÜLLER, T. L. (Org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. Unisinos., 1994, p.65-74.

NAGLE, J.. A educação na primeira república. In: HOLLANDA, S.B. *História geral da civilização brasileira*. 4.ed. Tomo III. v. 2. livro 3º, 1997, p. 261-291.

RAMBO, A. B. *A Escola Comunitária Teuto-Brasileira Católica, a Associação de Professores e a Escola Normal*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1996.

SANTOS, A.V. Práticas educativas em escolas alemãs de acordo com relatórios da Companhia Colonizadora Hanseática de Hamburgo. In: ANPED, 31. *Anais*. Caxambu. 2008. CD-ROM.

SEYFERTH, G..Imigração e cultura no Brasil. Brasília: Editora UnB, 1990.

VOLKMANN, M.. Lutero e a Educação. In: DREHER, M. N. (Org.) *Reflexões em torno de Lutero*. v. II. São Leopoldo: Sinodal, 1984, p. 93-105.

WEINGAERTNER, N.. *XV Concílio Regional da 2ª. Região Eclesiástica da IECLB*, 1997. (impresso).

WEREBE, M.J.G.. A educação. In: HOLANDA, S.B. *História geral da civilização brasileira*. 5.ed. t. 2. v.4, 1995, p. 366-383.

<http://www.ulbra.br/sobreaulbra/>. Acesso em: 18 mar. 2012.

Fontes documentais

AUSZUG aus den Schulberichten im Bezirk Itapocú pro 1904. Hammonia, 1905.

COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CORUPÁ. [194?]. Carteira de Identidade Eclesiástica no. 00099.

FRÜCHTING, W. J. O. Entrevistas concedidas a Ademir Valdir dos Santos. Corupá, jun.; jul., 1998.

Hinos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, [s.d.]

JAHRESBERICHT 1904 über die 5 Hansaschulen des Bezirks Hercilio, erstattet von Schulinspektor Dr. Aldinger. Hammonia, 1905.

OBRIGAÇÃO. Hansa, 1929.

TÍTULO DEFINITIVO DE PROPRIEDADE, Hammonia, 1918.